



CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عمجل ةي مومعلا ةي ناثلا رشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

**As ONG em São Tomé e Príncipe: entre a afirmação da
sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas
políticas**

Augusto Nascimento
Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa



07-11/12/2008
Yaoundé, Cameroun

No passado dia 4 de Setembro, chuvas tempestuosas fizeram ruir parte do muro da estrada marginal da cidade de São Tomé. Ao cabo de anos de resistência à erosão marítima, o muro cedeu e a areia da praia adjacente foi levada até à estrada. Alguns são-tomenses aproveitaram para apanhar areia para fazerem o seu negócio com esse inerte, cuja extracção das praias foi muito incentivada pelo recente surto de construção civil.

Inquirido sobre as razões do seu procedimento, um são-tomense afirmou que Deus mandara a areia para a estrada para quem a quisesse *colher* e que quem assim procedia não estava a *saltar a marcação*¹, isto é, não estava a fazer algo de imoral ou de ilegal². Outro disse: *é normal que areia está aqui em quantidade que é para pessoas apanharem, para pobre desenrascar qualquer coisa*. A apanha de areia da estrada e a *confusão* – palavra usada pelo repórter – só cessaram com a chegada da guarda costeira que, sem violência aparente, repôs a ordem³.

Embora respeitante ao espaço físico, este episódio pode indiciar a noção prevalecente de espaço público e da protecção devida ao bem comum. Aparentemente, dir-se-ia que a sociedade são-tomense não se apropria apenas do Estado. Ao invés, manifestaria uma propensão auto-fágica, já não reconhecendo o bem comum. Porém, talvez os raciocínios devam menos lineares: entre os são-tomenses deve prevalecer o sentimento de que a areia da praia é um bem de todos. Todavia, a par desse sentimento, laborará a percepção de que esse bem vem a pertencer efectivamente aos que o conseguem furtar. Assim, para os populares, Deus teria repostado a equidade ao atirar a areia da praia para a estrada, disponibilizando-a a todos ou àqueles a quem teria concedido a ventura de estarem por ali naquela ocasião.

Como os interditos legais parecem regidos por critérios casuísticos e de aplicação socialmente desigual, não espanta a pronta adesão a uma conduta do ponto de vista ético eventualmente reprovável, mas legitimada pelo facto de a oportunidade ser irrepetível, tal qual o são as oportunidades para os que, na sua ascensão intimamente ligada ao exercício do poder, têm possibilidades de facetar o futuro do país, de atribuir recursos e de decidir trajectórias sociais e individuais.

¹ Termo local de divisória da propriedade fundiária. Arriscaríamos dizer que, pelo uso dos termos *colher* e *marcação*, o depoente, ainda jovem, era oriundo do *mato*, designação local de espaço rural. O estatuto da inviolabilidade da propriedade fundiária era usado para justificar a legalidade da apanha da areia, pois que ninguém fora apanhar areia à praia, apenas se tratava de *colher* a que Deus mandara da praia para a estrada.

² A extracção de areia das praias tem consequências danosas para os frágeis equilíbrios ecológicos e, daí, para a aposta na indústria turística. A dado passo, no meio de enorme contestação e de controvérsia envolvendo cerca de três centenas de comerciantes de areia e as populações do litoral afectadas pela extracção de areia, esta acabou por ser circunscrita a duas praias de São Tomé.

³ *Repórter África*, 4 de Setembro de 2008, RTP África, disponível com data de 5 de Setembro de 2008, <http://www1.rtp.pt/multimedia/index.php?tvprog=101848&idpod=171168&formato=wmv>, consultado em 9 de Setembro de 2008.

De alguma forma, este episódio poderá também indiciar o ambiente político e social – em termos simplistas, uma combinação de pobreza com diluição das regras institucionais e sociais – em que se movem o Estado, as ONG e os demais actores políticos e sociais. De uma outra perspectiva, esse ambiente político espelha problemas sociais, para cuja resolução se espera um contributo das ONG, as mais das vezes onde o Estado falhou e onde o mercado não chegará⁴.

Nesta comunicação, traçaremos um esquisso histórico da trajectória do associativismo no contexto político do ante e do pós-independência. Em seguida, abordaremos a trajectória de empobrecimento e a corrosão do ambiente político e social por entre a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo. Nesse contexto, focaremos o aparecimento das ONG e, por fim, abordaremos a sua intervenção social, relacionando-a com as normas políticas e com os factores culturais, por um lado, e com os constrangimentos económicos e sociais, por outro. Tentaremos equacionar algumas hipóteses acerca dos desígnios de mudança social e das possibilidades de recomposição futura do tecido social são-tomense.

Encontramo-nos num domínio – o da transformação da paisagem social a que se propõem as ONG, elas mesmo um indício dessa transformação – em que, por definição, não existe conhecimento de ciência feita, porquanto a acção demanda a conjugação de pressupostos já verificados noutras paragens com a idiossincrasia da *terra*. Tendo em conta experiências passadas, poderemos ir interpretando as actualmente em curso no arquipélago à luz da dialéctica entre princípios gerais de organização social e sua aplicação em razão de condicionalismos locais.

A inexistência histórica de um associativismo marcante

O colonialismo e o regime de partido único no pós-independência revelaram-se avessos ao associativismo e à organização da *sociedade civil*, uma noção recente⁵, mas que,

⁴ Corre a ideia que as ONG respondem mais agilmente a carências económicas e sociais, porquanto se desdobram em acções variadas, desde as de natureza assistencial até às propiciadoras da capacidade de auto-ajuda, como é o caso da concessão de micro-crédito.

A este respeito vale a pena expor o seguinte: inquiridos 82 agentes económicos ligados à agricultura acerca das possibilidades de obtenção de crédito, 42 responderam não saber onde obter crédito, o que pode ser lido como uma antecipação da recusa por parte das entidades fornecedoras de crédito. Dos restantes 40, 22 disseram que recorreriam a uma ONG e 18 aos bancos (JESUS 1998:74).

Embora o número reduzido dos que admitem recorrer aos bancos traduza as dificuldades de financiamento da actividade agrícola no arquipélago, não deixa de ser significativo que 22 tenham aludido à possibilidade de contracção de crédito junto de uma ONG. Tal denota alguma proximidade das ONG com segmentos sociais mais arredados dos mecanismos centrais de decisão política e económica.

⁵ Registando embora as reticências do próprio autor, adoptemos a definição de *sociedade civil* de GELLNER, a saber, a de um conjunto de instituições não governamentais, capazes de contrabalançar o Estado e que, embora

extrapolemos, decerto era incompreensível quer para o colonialismo ditatorial com laivos de paternalismo no seu ocaso, quer para o regime do pós-independência, dada a vocação tutelar do Estado dirigido pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante MLSTP).

Nos derradeiros anos do colonialismo, o Estado tornou-se um promotor do bem-estar, por exemplo, através do alargamento das infra-estruturas básicas como, por exemplo, as estradas e a canalização de água até às povoações. De acordo quer com a crença ideológica da década de 1970, quer com a experiência dos anos finais do colonialismo, os dirigentes independentistas são-tomenses também elegeram o Estado como promotor do desenvolvimento e da justiça social. Escorada na supressão da dominação racial inerente ao colonialismo, a ideologia política anti-colonial funcionava como o garante de que a liderança do Estado pelos independentistas se revelaria economicamente mais profícua e socialmente mais equitativa do que o fora no tempo colonial. Por si só, a independência política assegurava um adicional de eficácia na promoção do desenvolvimento e da justiça social.

Na prática, a “tradição” de tutela da administração, incluindo a periférica, e de toda a sociedade pelo poder colonial foi aprofundada pela centralização política do pós-independência. A administração estatal foi colocada sob a estrita direcção do partido único, cuja pulsão hegemónica redundou no controlo da sociedade e, não raras vezes, na determinação administrativa até de percursos individuais. Tal significou o definhamento do associativismo débil deixado pelo colonialismo. No São Tomé e Príncipe independente não havia espaço para a afirmação de interesses específicos e, por isso, as associações não tinham razão de existir⁶. Ao tempo, prevalecia o consenso em torno do Estado como mola do desenvolvimento. No arquipélago, esse consenso era ainda mais acentuado pelo matiz marxista do regime, pelo que a noção de *sociedade civil* era literalmente incompreensível⁷.

Estas evolução política e formatação da vida social foram facilitadas pela inexistência de uma memória da expressão pública de interesses antagónicos durante o colonialismo. A confrontação política aberta cessara com a queda do regime republicano e com a subsequente

não obstem ao seu papel de regulador de interesses e de reserva coerciva atinente à preservação da paz social, podem impedi-lo de hegemonizar e atomizar a sociedade (1993:15-16).

Em traços gerais, a hegemonia do Estado e atomização da sociedade era a situação observada no arquipélago equatorial quer no colonialismo moderno, quer no pós-independência.

⁶ Exceptuavam-se os clubes desportivos e os grupos devotados às manifestações culturais da terra. Ainda assim, acabaram prejudicados pela progressiva inoperância do Estado e pelas crescentes dificuldades económicas do país.

⁷ Independentemente das variadas formulações, a actualmente omnipresente noção de *sociedade civil* era inconcebível em muitos países nos anos 70 do século passado. Já no arquipélago recém-chegado à independência, nenhum projecto colectivo escapou ao crivo valorativo do MLSTP, que hegemonizou toda a vida social e a interpretou à luz da ideologia de matiz marxista.

imposição do Estado Novo. A República (1910-1926) fora um período de florescimento do associativismo ilhéu⁸. A feição ditatorial do Estado Novo traduziu-se na vigência da censura, num apertado controlo policial e na difusão da ideologia colonial. Debaixo de uma paz social imposta, ao longo de Novecentos, a discriminação racial e a subalternização dos ilhéus foram tendo efeitos corrosivos na fidelidade política dos ilhéus, que nem as políticas de índole social dos derradeiros anos lograram reparar de forma irreversível. Por isso, em 1974-1975, poucos ilhéus se aventuraram a propor soluções políticas distintas da *independência total*. E, por arrasto, também poucos são-tomenses expressaram as suas divergências relativamente ao anunciado socialismo para o arquipélago, porquanto só este regime político parecia capaz de extirpar os resquícios do neo-colonialismo.

Em 1974, os são-tomenses rejeitaram a ideologia colonial. Mas ficaram como que reféns da sua experiência de onnipresença e de tutela do Estado sobre toda a vida social, para o que, ademais, contribuíram as convicções ideológicas da época. Com a independência, tratava-se não de reinventar a sociedade, mas de reorientar o Estado.

Num arquipélago durante décadas hegemónico por plantações (localmente designadas *roças*), faltava também a memória de iniciativas particulares decisivamente criadoras de diversidade económica e social e de dinâmicas de acumulação interna com ganhos no plano social. Ao invés, salientava-se o egoísmo da usurpação dos proventos da terra pelos plantadores (ou *roceiros*) e, de acordo com a vulgata marxista, denunciava-se esse padrão de comportamento como tendencialmente avesso ao interesse do *povo*⁹.

Prevaleciam, portanto, várias circunstâncias propícias à aceitação de um arranjo político e social tutelado pelo Estado e à imposição de uma noção de interesse comum unívoca e terminantemente definida pelos governantes. A tendência de anulação de qualquer associativismo autónomo tornou-se por demais evidente no pós-independência, anulando-se os ensaios do associativismo, conquanto tutelado, do final do colonialismo. Em de vez de associações, criaram-se organizações de massas – de trabalhadores, de mulheres, de jovens e de pioneiros – política e ideologicamente controladas pelo partido único. Tal significa dizer que eventuais anseios e desígnios pessoais ou grupais eram subalternizados pelos imperativos políticos do MLSTP. Algum associativismo informal só viria a nascer nas franjas da

⁸ Veja-se NASCIMENTO 2005.

⁹ Antropomorfizada, esta noção de recorte político, implicitamente identificada com um suposto desígnio da sociedade são-tomense, era (convenientemente) manipulada e sobreposta à de noção de bem público, forçosamente mais compósita e mais tributária de ponderações jurídicas, com as quais, evidentemente, os dirigentes não queriam lidar. Justificada pelo processo revolucionário, a prática de ignorar o ordenamento jurídico no domínio das relações institucionais generalizou-se e veio a ter consequências danosas na administração de pessoas e de bens, as quais perduram até hoje e dificilmente serão revertidas.

organização económica social estatizada à medida em que os índices económicos davam sinais de ruína próxima, a qual impeliria os indivíduos para a procura de soluções para sobreviver.

Após a liberalização política, consumada em 1990 com a adopção do multipartidarismo, a adversidade do poder político relativamente às associações autónomas de cidadãos não foi nem pronta nem imediatamente arredada. Afora isso, os esforços da elite difusa dos são-tomenses visaram a acção política e, acima de tudo, a apropriação do poder, durante os anos precedentes percebido como o mais poderoso mecanismo de enriquecimento e de ascensão social¹⁰. As energias e os esforços dirigiram-se para a constituição de novos partidos, alguns deles de escassa representatividade social. Já a criação de partidos de influência presidencial – a Aliança Democrática Independente, inspirada pelo ex-presidente Miguel Trovoada, e o Movimento Democrático Força da Mudança, também impulsionado pelo actual presidente, Fradique de Menezes – denota o peso das personalidades políticas com poder bastante para intervir na estruturação do espectro político do país e, dessa forma, para condicionar a disputa de posições e a barganha de recursos. Neste quadro político fulanizado¹¹, as divergências reportam-se mais às personalidades tutelares do que a ideologias ou a modelos de desenvolvimento económico e social¹². Não compondo necessariamente uma “tradição africana”, o peso das figuras proeminentes não deixa de indiciar a rala propensão dos são-tomenses para abraçar práticas não orientadas para a luta eleitoral e para os ganhos imediatos. Impera a percepção da importância do assalto ao Estado, tal o objectivo dos partidos que, como dissemos, se movem frequentemente a reboque de personalidades tutelares. Por isso, até hoje, os partidos não contribuíram muito para a renovação do espaço político.

Previsivelmente, ao cabo de décadas de privações, os são-tomenses não se mostram particularmente empenhados na transformação a prazo das suas condições de vida. A lógica de apropriação individual de réditos, mais do que de criação de dinâmicas de acumulação interna e de distribuição da riqueza, tem implicações na modelação do espaço público. Este queda sujeito às pressões advindas de lógicas clientelares e neo-patrimoniais. Nesta circunstância, e como indiciam as peripécias em torno da extracção de areia das praias, os

¹⁰ Em conformidade com a experiência registada noutros países, onde a ocupação do Estado se tornou a melhor fonte de acumulação, cf., por exemplo, FALOLA 2003:81.

¹¹ Também o MLSTP viveu até há poucos anos à sombra da tutela do seu líder histórico e primeiro presidente do país, Manuel Pinto da Costa.

¹² Para SEIBERT, os partidos não representam diferenças ideológicas, antes se constituem como grupos rivais na disputa do poder (1999:412). Sem prejuízo da recente clarificação ideológica de alguns dos partidos, aquela caracterização mantém alguma validade, dada a rala tradução das ideologias perfilhadas nas propostas políticas. De resto, aquela caracterização é também congruente com a ascendência dos líderes sobre os ditos partidos.

bens públicos deixam de ser uma variável integrada na equação da melhoria a prazo dos padrões de vida.

Portanto, com a liberalização política, não se devotaram esforços à organização associativa nem à reconstituição do tecido político e social em termos inequivocamente distintos do observado até 1990. Até então, o ambiente político pautara-se pela constituição de lealdades pessoais a coberto da hegemonia do partido único. É certo que, no campo político, São Tomé e Príncipe conhece um apreciável grau de liberdade de expressão, por exemplo. Mas a liberdade política não encontra paralelo na possibilidade de actuação no sentido da mudança social. Algumas tentativas de implementar práticas associativas derivam da actividade doadora ou da prestação de serviço social das ONG. As iniciativas associativas e a participação popular ainda pesam pouco na delineação do espaço público. Com efeito, a maioria da população está apartada e aparta-se da participação na vida colectiva¹³.

A perda económica e a pobreza

Como em muitas outras sociedades africanas, em São Tomé e Príncipe, a questão fulcral da política é a da pobreza – que se reflecte em toda a vida colectiva, desde as relações interpessoais até à visão do mundo¹⁴ –, à qual deveremos, porventura, acrescentar a questão da equidade, no arquipélago relacionada quer com as promessas independentistas, quer com a facilidade de escrutínio de trajectórias alheias por força da micro-insularidade. A par das questões da pobreza e da equidade, avulta, ainda, a da corrupção. Esta questão é tratada de forma algo ambivalente porque, apesar da denúncia cada vez mais generalizada da corrupção, o opróbrio a ela associado não se reflecte na respectiva diminuição, nem na condenação inequívoca da corrupção ou das práticas subjacentes como o neo-patrimonialismo e o clientelismo.

Este quadro cultural e social enforma a interpretação da evolução económica e, subliminarmente, da valia e do alcance da participação cívica e social na delineação do destino do país. Vejamos, a trajectória económica desenhou-se ao arpejo das expectativas

¹³ Por exemplo, a propósito da abertura económica de meados dos anos 80, SEIBERT enfatiza as carências alimentares (1999:152). No tocante à transição do regime monopartidário para o multipartidarismo, SEIBERT valoriza o papel da elite política e aponta o peso muito relativo, quando não despidendo, da pressão popular nessa mudança (*idem*:7). Independentemente do acerto desta interpretação, ela não deixa de focar um aspecto relevante, a saber, o de a evolução política se processar como que à margem da participação colectiva.

Este quadro conheceu algumas mudanças nos últimos, devido, por exemplo, aos esforços constitutivos de uma diáspora, cuja voz, amplificada pela globalização, se faz ouvir através da Internet. Porém, por causa das características da prática política são-tomense, ainda é muitíssimo reduzido o peso dessa emergente diáspora são-tomense na determinação dos destinos do arquipélago. A este respeito, ver, por exemplo, NASCIMENTO 2007a.

¹⁴ Por exemplo, FALOLA 2003:71.

criadas em 1975, cuja fasquia implícita era a que se imagina decorrer da prometida distribuição da riqueza até então usurpada à terra pelos roceiros. A credibilidade das promessas da melhoria das condições de vida não assentava apenas na expulsão dos colonos. De forma implícita, estribava-se também nas realizações materiais dos derradeiros anos do colonialismo, quando o Estado colonial também encetara algumas políticas sociais, designadamente no domínio da educação básica e da saúde. Estas realizações dos últimos anos do colonialismo serviram para validar as promessas inerentes à feição socialista do projecto político independentista.

Todavia, em termos tendenciais, a trajetória económica do novel país foi de empobrecimento generalizado, sem prejuízo quer da acumulação de pecúlios por alguns indivíduos, quer da acentuação das diferenças económicas. Nestas circunstâncias, previsivelmente, o grosso da população atribui a sua pobreza, não à escassez de recursos e, menos ainda, a quaisquer contingências do ordenamento económico internacional, mas aos políticos da terra. Segundo os mais marginalizados, que interpretam a trajetória do país em função da sua experiência de vida, a pobreza não tem a ver nem com o mercado internacional, nem com as contingências da economia mundial, resulta tão-somente do mau desempenho dos governantes.

O tendencial empobrecimento do arquipélago resulta de um cúmulo de diferentes factores, desde a quebra de produção cacauceira somada com a depreciação do cacau nos anos 80, até, segundo alguns, ao impacto negativo das medidas de liberalização económica mais ou menos impostas pelas instâncias internacionais. Importaria, decerto, referir também as consequências da corrosão do ambiente político-institucional desde 1975.

Independentemente das diferentes explicações, é reconhecido que cerca de metade da população vive em situação de pobreza, da qual um terço em pobreza absoluta, conforme os dados abaixo expostos¹⁵.

¹⁵ Trata-se de meros indicadores estatísticos. Afora as questões da fiabilidade, os dados estatísticos não traduzirão o fenómeno da pobreza em todas as suas dimensões.

Indicadores da pobreza (%)

Ano	Pobreza	Limiar da pobreza	Pobreza extrema
1987	36	23	13
1990	41	33	8
1992	48	39	9
1994	46	35	11 ¹⁶
1996	40 ¹⁷		
1999	45 ¹⁸		
2001	53,8	38,7	15,1 ¹⁹
2005	50		15 ²⁰
2015	20,5	16,5	4 ²¹

Os problemas sociais avultam até porque os mecanismos de protecção social são muitíssimo fracos e porque a evolução demográfica conduziu a uma elevada percentagem de população juvenil, para a qual não existe, de momento, oferta de trabalho compatível. Finalmente, porque, sem embargo dos sinais de reanimação económica nos últimos anos, o mercado não reduzirá necessariamente os níveis de pobreza em tempo útil para uma fracção substancial da população são-tomense, justamente, a duramente fustigada pela trajectória de perda económica e social desde 1975.

Os recentes governos do arquipélago engajaram-se nos Objectivos do Milénio e delineararam-se estratégias de redução da pobreza. Tentou-se elucidar e sensibilizar a população através de pinturas murais alusivas aos vários objectivos. Contudo, hoje parece inquestionável que o país não vai conseguir cumprir os Objectivos do Milénio²².

¹⁶ Dados relativos a 1987, 1990, 1992 e 1994 – *O limiar da pobreza em STP*, PNUD, 1995, cit. in BONFIM, Feliciano 2001:22.

¹⁷ <http://www.gm-unccd.org/FIELD/Bilaterals/Port/ST2.pdf>, Agosto de 2006.

¹⁸ <http://www.stome.com/fax1999>, Agosto de 2006.

¹⁹ http://www.who.int/countryfocus/cooperation_strategy/countries/ccs_stp_final_portuguese.pdf, Agosto de 2006.

²⁰ *Repórter África*, emissão da RTP África, de 23 de Novembro de 2005.

Em 2004, estimava-se em 54% a população são-tomense a viver no limiar da pobreza, fenómeno mais acentuado nas zonas rurais (cf. *Repórter África*, emissão de 25 de Outubro de 2004). Na emissão de 24 de Março de 2005, refere-se a mesma percentagem de indivíduos, 54%, a viver em situação de pobreza.

²¹ http://www.who.int/countryfocus/cooperation_strategy/countries/ccs_stp_final_portuguese.pdf, Agosto de 2006.

Obviamente, trata-se de valores projectados.

²² Cumpre esclarecer que este prognóstico já era dado por adquirido antes do impacto da presente crise financeira originada nos EUA e da antevisão das consequências adversas da crise económica mundial.

A solução para a pobreza parece ainda residir no Estado e na assistência internacional, cuja face mais visível são as ONG. O poder político parece empenhado na eliminação da pobreza e a cooperação internacional oferece recursos e oportunidades para se escapar à pobreza.

Neste panorama, que papel cabe às ONG? Qual será o efeito da actuação das ONG no tocante à renovação das práticas sociais? Independentemente das consequências políticas e sociais do seu modo de actuação, a referir adiante, o dilema das ONG (como o de toda a assistência ou cooperação internacional) começa por ser o da opção entre a promoção da mudança social com resultados económicos a prazo ou o do papel de pronto-socorro perante as necessidades sociais prementes.

O peso do Estado e a atrofia do espaço social

É no Estado – e, mais concretamente, no desempenho político – que alguns são-tomenses depositam esperanças de uma ascensão social que os livre definitivamente da pobreza. Tal ascensão é uma meta irrealizável para muitos, que, todavia, mantêm do emprego público ou da prestação do Estado a visão do meio mais seguro de escapar à pobreza.

Na realidade, por particularidades da recente história insular, o Estado conserva uma valia simbólica superior à que deriva da sua rala e desigual eficácia no momento actual. Para alguns, ainda é no Estado que reside uma réstia de possibilidades de promoção da equidade social, mesmo se, ao cabo de décadas, os resultados da evolução económica do país são frustrantes.

Ao arrepio de uma tendência observável noutros contextos africanos, o Estado tem ainda um enorme peso na configuração do espaço público são-tomense e, diga-se, das vidas de parte substancial dos indivíduos. Como assinalou um autor são-tomense, o peso do Estado no pensar e agir da população tem o seu reverso na debilidade do sector privado²³. E, acrescentemos nós, da sociedade ou, mais concretamente, da *sociedade civil* – no arquipélago, muito desfalcada de meios, com organização rala e, sobretudo, sem uma memória de afirmação –, que não dispõe de capacidade de oposição política ao Estado e aos governantes. Apesar de, a respeito de São Tomé e Príncipe, se poder falar de um Estado em deliquescência ou, pelo menos, pautado por uma elevada ineficácia, ele mantém-se como o centro de gravidade política, capaz de condicionar decisivamente a vida social.

²³ BONFIM, João 2000:77.

Por isso, assim como pelos empecilhos apostos pela pobreza à organização cívica e política do comum dos são-tomenses, a vida social permanece enfeudada aos depreciativamente apodados de *políticos*, um termo que deixou de ser apenas um substantivo para ser também um adjectivo com fortes conotações negativas.

Nestas circunstâncias, em que direcção apontam as ONG? Na do mercado? Na do tecido social desagregado, informe e exaurido pelas dificuldades económicas? Ou apostam também numa influência que indirectamente ajude a reformar o Estado e a dotá-lo da capacidade institucional e da isenção propícias ao desenvolvimento?

Mais do que das intenções enunciadas pelas ONG, tentemos inferir eventuais respostas a partir da sua curta história e dos condicionalismos com que se deparam no arquipélago.

A história e a acção das ONG

As primeiras ONG a aparecer no arquipélago, ainda na era do partido único, eram estrangeiras. Ao tempo, o poder político controlava apertadamente o acesso de qualquer estrangeiro do Ocidente ao território. Independentemente da liberdade de decisão e de actuação no terreno, essas ONG só se instalaram depois de um diálogo com o poder político sobre o âmbito da sua acção.

Nos anos 80, estas ONG estrangeiras inauguravam um período de substituição da cooperação estatal. Os seus propósitos eram de cariz técnico – por exemplo, no domínio da educação de infância ou do desenvolvimento da horticultura –, tanto quanto tal se pode afirmar das actividades das ONG e, tão-somente, para distinguir esses propósitos de outros mais vincadamente políticos.

No terreno, as associações de base, formadas por ex-serviçais das plantações, terão nascido de uma atitude defensiva face a um empobrecimento cada vez mais assolador. Esse associativismo informal derivava da circunstância de, em meados dos anos 80, o Estado se demitir do seu papel de garante dos meios de vida, ao mesmo tempo que abdicava do controlo que até então pretendia exercer sobre as vidas dos indivíduos. Noutros termos, em meados dos anos 80, começava o desamparo social que atingiu primeiramente os trabalhadores das roças nacionalizadas em 1975.

Ainda assim, perante as crescentes dificuldades económicas da época, os apelos da chefia do MLSTP e do Estado não foram no sentido da criação de associações, mas de um renovado empenho produtivo. Diferentemente do sucedido até então, esse apelo ao aumento da produção não era inspirado por crenças políticas, antes se permeava com o louvor da iniciativa privada no campo estritamente económico e, mais concretamente, no da agricultura.

Foi, pois, nessa altura que se terão formado algumas associações de trabalhadores rurais, forçados a um duplo desempenho – o de assalariados das empresas agrícolas e o de camponeses com acesso informal a tratos de terra mais ou menos abandonada. Conquanto tais associações possam ter sido efémeras, elas anunciaram a posterior transformação do tecido rural. Apoiada por fundos internacionais, esta transformação foi induzida por novas concepções económicas avessas quer à colectivização da terra, quer a plantações rigidamente hierarquizadas e baseadas no cultivo intensivo. Decerto na esteira desse associativismo rural, em 1995 formou-se uma associação de médios agricultores – a ASPAP – que contava com 100 membros²⁴. Em Outubro de 1997, criou-se uma Federação Nacional de Associações de Pequenos Agricultores – FENAPA – que, há anos, agrupava cerca de 2500 membros²⁵.

Estas associações de base começaram por ser de recorte classista ou profissional. Nasceram, como se disse, em virtude da desresponsabilização das autoridades ao cabo do falhanço das políticas económicas de sentido estatizante adoptadas desde a independência.

Actualmente, o panorama é radicalmente diferente. Por adopção de padrões de organização associativa noutros países, por indução de financiadores estrangeiros, enfim, pela procura por parte de são-tomenses de espaço de actuação fora da alçada directa do Estado (que há muito esgotou a sua capacidade de empregador), foram sendo criadas várias ONG. Estas ONG têm muito maior projecção mediática – e, conseqüentemente, política e social – do que as associações ligadas ao mundo rural.

Surgiram, por exemplo, associações de mulheres²⁶. Na realidade, vários projectos que pretendem proporcionar instrumentos de combate à pobreza, fazem jus ao papel das mulheres nesse combate, integrando-as no espaço público, afrontando, por vezes, os prejuízos decorrentes de noções culturais acerca do papel social das mesmas.

A resposta aos desafios da evolução económica (e política) passou pela constituição de múltiplas ONG, categoria na qual tendencialmente se integram hoje todas as associações, independentemente dos seus propósitos e fins muito variados, algumas delas com interesses até antagónicos entre si. Apesar de ainda rala, teceu-se uma rede de associações, várias delas com ligações ou até suportadas por parceiros internacionais.

²⁴ Esta centena de associados representaria mais de 70% dos “beneficiários com médias empresas”, cf. SANTOS 2000:60 e também 53-54.

²⁵ SANTOS 2000:55.

²⁶ Casos da *Associação para o Progresso da Mulher*, da *Associação das Mulheres Domésticas de S. Tomé* e da *Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de S. Tomé e Príncipe* (SANTO 2001:64, 59 e 60, respectivamente). Por razões políticas e sociais, parte deste associativismo é débil e, por vezes, não projecta devidamente o papel económico e social das mulheres, designadamente como esteio da economia e da sobrevivência dos respectivos agregados familiares.

Dada até a informalidade constitutiva do associativismo, provavelmente desconhecere-se-á o número de colaboradores das ONG, o número dos indivíduos que elas representam ou a quantos elas se dirigem. A proliferação de ONG parece indicar que alguns indivíduos se sentem tentados a um desempenho atinente a suprir as insuficiências do Estado. Mas a adesão às ONG pode igualmente indiciar a procura de um nicho de representação política e social, de um meio profícuo na obtenção de fundos do Estado e, sobretudo, de doadores internacionais, por exemplo, mediante a apresentação de projectos de desenvolvimento económico ou de protecção social²⁷.

Se, no plano económico, o país micro-insular tem dificuldades em beneficiar dos ganhos de economia de escala, assiste, pelo contrário, a uma proliferação de ONG. Em 19 de Abril de 2001, foi criada por 44 membros²⁸ a Federação das ONG, FONG-STP. Em 2004 tinha 57 associações filiadas, em 2005 e 2006, 81, em 2007, 98 membros²⁹. É possível que haja outras associações ou embriões de outras associações, mas provavelmente a esmagadora maioria estará inscrita na FONG-STP.

Atentemos nas primeiras ONG. A Sociedade Nacional da Cruz Vermelha existe desde 1976, mas talvez possamos considerar a Cooperativa Josina Machel, de 1985, como a primeira ONG são-tomense.

Das actualmente arroladas, pelo menos, 8 são estrangeiras, conquanto esta definição de nacionalidade não assente bem às ONG, pressupostamente entidades transnacionais. Muitas são nacionais, conquanto estabeleçam laços com congéneres sediadas fora do país e vivam, sobretudo, de fundos do exterior. Também por falta de meios, a actividade de várias delas será avulsa, mas nem por isso se abdica do ganho de visibilidade resultante da mera existência de uma ONG. A criação e a filiação numa ONG não deixam de se assemelhar a um bem jurídico e, por vezes, de equivaler a um acréscimo de representação social. Corre a ideia de que, embora sem consequências políticas de monta, as ONG viabilizam a expressão de interesses, que não encontram representação adequada nos partidos, e de que vão ao encontro da diversidade do meio social.

Das áreas de actuação das ONG, podemos arrolar, por exemplo, o desenvolvimento comunitário, o apoio a actividades económicas, a economia familiar, o desenvolvimento rural,

²⁷ À margem de uma visão instrumental, os indivíduos marginalizados tendem a encarar as ONG como uma possibilidade de solução para as dificuldades do quotidiano. Afinal, algumas ONG constituíram-se para atender a demandas sociais. Espera-se delas (por vezes, mais do que do Estado) uma ajuda para os problemas do dia-a-dia.

²⁸ Ou, consoante outras fontes, 48 ONG. Como dissemos, este esforço associativo foi em grande medida impulsionado pelas ONG estrangeiras, as quais preencheram a maioria dos lugares do primeiro Conselho Executivo Provisório da FONG-STP.

²⁹ http://www.ong-ngo.org/spip.php?page=fiche_pn&lang=pt&id_rubrique=291, em 6 de Setembro de 2008.

a promoção da saúde de base, o ambiente e saneamento, a protecção social, a educação e a formação. Além da valorização da cidadania, genericamente considerada, realce-se a promoção da igualdade de género e a luta contra a violência sobre as mulheres e as crianças.

Aparentemente, nenhuma ONG elege a actividade política como área de intervenção. Já a FONG manifesta a vocação de se afirmar como parceiro político, mormente como instância de acompanhamento da governação. Em Março de 2008, a FONG juntou-se à Webeto – ONG são-tomense na diáspora, cujo nome crioulo significa “olho aberto” – e à PWYP no aplauso à desistência governamental de alterar a lei-quadro das receitas petrolíferas. A alteração proposta pelo governo ia no sentido de uma menor rigidez de procedimentos na atribuição de blocos para pesquisa e exploração. No ver daquelas organizações, essa alteração acarretaria menor transparência nas decisões relativas à exploração dos recursos petrolíferos. Tal desempenho da FONG não espanta. Afinal, em Dezembro de 2007, a própria FONG tinha sido escolhida para integrar o Comité Nacional da EITI (Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas) devotado ao acompanhamento da aplicação das receitas petrolíferas no desenvolvimento do país e na redução da pobreza³⁰.

A FONG-STP considera-se uma “instituição nova com bastante potencial de crescimento e poderá vir a impulsionar o papel da *sociedade civil* santomense no processo de desenvolvimento do País”³¹. Para além de pretender ver empreendidas acções em praticamente todos os domínios da vida colectiva, a FONG-STP quer que os seus membros reforcem as suas acções no âmbito da promoção da boa governação.

Sem embargo desta declaração pronunciadamente cívica e política, num país dominado pela pobreza, o desenvolvimento e a redução da pobreza sobrelevam quaisquer outros desideratos. De acordo com a premência da erradicação da pobreza, o desenvolvimento económico é prioritário relativamente à hipotética intervenção no sentido de modelar as características políticas do espaço público, que, argumentar-se-á, também pela sua natureza não mudará de um momento para o outro.

Afora as diferenças no tocante à possibilidade de actuação política livre e ao ganho de liberdade de crítica, inexistentes até 1990, dir-se-ia que, no arquipélago, e tal como sucedera no regime de partido único e nos anos finais do colonialismo, o enfoque na promoção económica da população continua a sobrepor-se a eventuais preocupações relativamente às bases de funcionamento do campo político, da regulação do espaço público e da construção

³⁰ O Comité integra o governo, a sociedade civil e as operadoras petrolíferas; veja-se o despacho nº17/07, de 13 de Dezembro de 2007, do Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente de São Tomé e Príncipe, cf. *Boletim Informativo da Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe* nº6.

³¹ http://www.ong-ngo.org/spip.php?page=fiche_pn&lang=pt&id_rubrique=291, em 6 de Setembro de 2008.

identitária e social. Tal como outrora, pressupõe-se que o desafogo económico e a melhoria das condições de vida inevitavelmente se desdobrarão na subsequente consciencialização relativamente aos requisitos de transparência e de equidade das decisões políticas. Embora logicamente admissível e porventura verdadeira, esta implicação causal nem sempre se verifica.

Diga-se que, sem questionar actos políticos concretos, algumas ONG apostam no *empowerment* daqueles com quem lidam. Algumas ONG depositam e fomentam esperanças nas populações, ensaiando capacitá-las e investi-las do micro-poder resultante das possibilidades e das oportunidades proporcionadas pelos meios disponibilizados pelos projectos. Esperam, assim, que do seu desempenho social resulte, pelo menos, uma atitude mais propensa à mudança e à participação política e cívica. Comummente, esta aposta tem resultados efémeros, seja do ponto de vista das próprias pessoas, seja do da evolução do arquipélago.

Porém, nem pela aparente contemporização com um campo político pautado pelo clientelismo e com um espaço público assimétrico e heterogéneo, as ONG deixam de ser questionadas. São-no, não tanto pela análise dos impactos directos da sua actuação junto das populações, quanto pelo afloramento de uma sensibilidade nacionalista, ainda muito tributária do sentimento anti-colonial³². Assim, alguns são-tomenses questionam a interferência da actuação das ONG com a soberania nacional³³.

Afinal, outras associações – por exemplo, as associações empresariais e os sindicatos – terão peso específico, mas não concitam a valia simbólica das ONG. Estas são as únicas instituições capazes, não de rivalizar, mas de ombrear com o Estado, por exemplo, no amparo social a franjas de marginalizados, disputando, por isso, a adesão afectiva das populações a que se dirigem. Sendo estrangeiras ou entabulando laços com congéneres estrangeiras, abrem

³² Em época de globalização, assiste-se ao renascimento de nacionalismos. Em São Tomé e Príncipe, anseia-se por uma possível emergência económica, a qual, evidentemente, fortalecerá o sentimento nacionalista. Entrementes, a tensão entre a pulsão nacionalista e a abertura inerente à integração económica internacional mantém-se viva, tributária de vários veios – dentre os quais, as réplicas do pensamento anti-colonial e anti-ocidental –, de que são tributárias as dúvidas a respeito da legitimidade e da latitude de actuação das ONG. A sua actividade, empreendida ao arripio do escrutínio directo das autoridades do arquipélago, é entendida como um sinal de perda da soberania do Estado são-tomense.

³³ Em termos genéricos, Iolanda AGUIAR considera que, através da transferência das funções sociais para agências privadas, se insinua uma instância reguladora das relações entre a autoridade e a sociedade e se promove a modificação das relações entre o público e o privado, assim como entre a política e a economia. Para a autora, este processo de privatização do Estado remete para a intromissão de agentes externos nas sociedades africanas. A autora acrescenta que a fraqueza do Estado em países africanos resulta da actuação de actores políticos interessados na maximização das vantagens retiradas da dependência (AGUIAR 2002:8).

Não será preciso adoptar uma visão conspirativa da evolução política e económica para reconhecer que a acção das ONG pode assumir aspectos referidos pela autora. Porém, um propósito valorativo da actuação das ONG obrigaria a um profundo exercício analítico quer da história das ONG, quer dos próprios Estados africanos e, concretamente, do são-tomense.

um campo de relacionamento externo, com o que relativizam o Estado como interlocutor com o exterior e, embora muito marginalmente, como entidade soberana no plano interno.

À semelhança do que sucede noutros contextos políticos, as ONG tornaram-se cruciais na ainda rala sociedade civil são-tomense.

A pluralidade das ONG

À medida que cresce o cepticismo em torno da “indústria do desenvolvimento” ou em que o voluntarismo e a aposta na transformação social parecem ceder o passo a ponderações “realistas” assentes na (alegada) resistência das populações à mudança social, emergem as interrogações sobre as razões do labor das ONG.

Desde logo, importará saber se, numa perspectiva meramente assistencial ou de responsabilidade social, as ONG se justificam apenas pela necessidade de combater a pobreza ou se, numa perspectiva de médio prazo e mais política, a criação de ONG equivale à procura de um caminho atinente a transformar paulatinamente a governação da sociedade, mesmo se, neste momento, tal desígnio não é assim enunciado nem norteia as preocupações de quem dinamiza as ONG.

Como dissemos, algumas ONG terão nascido por indução directa de parceiros internacionais ou pela tentativa de replicar localmente soluções ensaiadas fora e comumente suportadas por doadores internacionais. Tal poderá implicar a aceitação, ao menos tácita e temporária, de itens da agenda internacional relativos à iniciativa individual e ao *empowerment* das populações. Por vezes, demanda-se uma alteração de valores e dos modos de vida locais, a que nem sempre os são-tomenses se mostram receptivos. Como é sabido, também no arquipélago muitos *projectos* se esvaem tão logo se retiram os respectivos proponentes ou animadores. Tal denota que se envereda pela mera aplicação de soluções já testadas noutros contextos. Por vezes, transpostas mecanicamente de outros contextos políticos e sociais, tais soluções vêm a revelar-se avulsas e contraproducentes.

Seja como for, numa certa medida, a acção das ONG parece mais visível e próxima da população do que a do Estado. Tácita e implicitamente, o Estado foi delegando a sua incumbência de protecção social das populações às ONG, mormente nas zonas rurais periféricas, onde lavra a marginalidade social, a que os recursos humanos e materiais do Estado não atendem. Também por isso, operou-se uma mutação de percepções relativamente ao combate à pobreza, na qual a actuação das ONG tem de ser perspectivada: essa mutação centra-se na fonte dos recursos para a sobrevivência, os quais, diferentemente de outrora, não

virão – tanto quanto se crê – do empobrecido Estado são-tomense³⁴. Os recursos para a luta contra a pobreza vêm, por vezes, de angariações levadas a cabo pelas ONG.

Por isso, o papel das ONG é hoje consensualmente reconhecido³⁵, mesmo se as motivações da sua criação e as implicações do seu desempenho³⁶ não são aprofundadamente discutidas entre os diversos actores são-tomenses. A actividade das ONG traz subjacente a ideia de envolvimento da *sociedade civil* – não redutível à soma das associações ou ONG – no percurso do país e nas decisões políticas. Num certo sentido, tão-somente pela sua existência, as ONG como que forçaram a uma ligeira mudança nos procedimentos dos políticos. Desta forma, as decisões de carácter estratégico deixariam de brotar apenas dos governantes e, lembre-se, dos agentes do mercado, para passar a atender a demandas – umas concretas, outras mais políticas, ainda que sempre numa base consensual, como, por exemplo, a suscitada pela necessidade de transparência na gestão dos recursos petrolíferos –, da população, veiculadas, na falta de outros mediadores, pelas ONG.

Ainda que também por razões conjunturais, os políticos são-tomenses passaram a encarar o compromisso de diálogo como uma condição de governação, mesmo se amiúde tal não vai muito além da retórica. Diga-se, o convite dos políticos a que a *sociedade civil* escrutine a sua actuação contém uma dimensão propagandística e, predizemo-lo, revelar-se-á completamente inconsequente em muitos casos³⁷. Afora esta função de escrutínio da acção governativa, pode e deve a *sociedade civil* colmatar as lacunas dos dispositivos institucionais, mormente do Estado, no controlo da transparência da acção dos políticos? No caso do arquipélago, é de crer que as pressões de organismos internacionais pesem mais do que as indicações das ONG ou da *sociedade civil* em decisões cruciais, como, por exemplo, as da gestão dos recursos petrolíferos.

³⁴ Entre finais do século passado e até há poucos anos, a miragem do petróleo pode ter renovado a crença na possibilidade de o Estado vir a prover de novo às necessidades sociais. Mas esta expectativa está hoje questionada.

³⁵ Por exemplo, a acção dos empresários parece menos apreciada do que a das ONG (CARVALHO 2003:216). Embora esta ilação assente em indicadores a relativizar, ela afigura-se conforme com a percepção quer de um descrédito resultante da ausência de responsabilidade social dos economicamente proeminentes, quer com alguma mentalidade refém do desempenho assistencialista do Estado ou de quem o substitua.

³⁶ Há anos, abriram-se as alamedas à demissão dos Estados e, daí, às acções promovidas pelas ONG. Privilegiando os actores locais e atendendo a demandas das marginalizados, as ONG, designadamente as de cariz assistencial, concitam consenso.

Não se deixará de dizer que este consenso esborrata as possibilidades de um escrutínio crítico das respectivas acções e, por exemplo, do impacto e durabilidade das mudanças que supostamente se pretendem promover, por vezes sem o competente diálogo político e social.

³⁷ Assiste-se a alguma redução da impunidade da acção dos governantes, mas é difícil dizer que recentes casos de sanções políticas brotem de um rigor gradualmente instalado na governação. Dados o neo-patrimonialismo e o clientelismo, por um lado, e a mescla de interesses entre vários agentes políticos, por outro, algumas punições políticas de actos de má gestão derivarão mais da correlação de forças das agremiações partidárias do que de considerações do foro ético sobre a incompatibilidade dos interesses públicos e privados.

Se, no campo político, é de crer que o núcleo das decisões políticas e administrativas mais relevantes permanece fora do alcance das ONG, ainda assim elas podem ter um papel cívico não despreciando. No seu funcionamento, bem como no *modus operandi* no terreno, as ONG poderão assinalar a possibilidade de um desempenho assaz diferente das relações hierárquicas observáveis no Estado, onde, ao menos aparentemente, o relacionamento ainda se mostra muito tributário da rigidez instilada pelo Estado Novo colonial e prosseguida no tempo do partido único. Pertinentemente, ou não, as ONG são associadas a uma ideia de democraticidade da sociedade por fomentarem o escrutínio público das políticas e a participação popular. Num certo sentido, mesmo se esse não é o seu propósito principal, as ONG não deixam de contribuir para uma mutação política e para a assunção (lenta) do parceiro *sociedade civil* na delineação dos destinos do arquipélago.

Em todo o caso, e ponderando o actual alcance da influência das ONG, esse veio de democraticidade não atinge necessariamente o nódulo central do funcionamento do poder. Afora isso, o nível de participação pública permanece diminuto e não se replica no funcionamento do Estado e na relação deste com o comum da população.

Diga-se, tal não tem a ver nem só nem principalmente com o impacto (limitado) da acção das ONG. Tem a ver, sobretudo, com o arraigamento de convicções que prezam a autoridade do Estado e que não questionam a discricionariedade. Aliás, numa perspectiva mais abrangente, afigura-se duvidoso que, independentemente dos ganhos resultantes da democracia, os são-tomenses lhe confirmam valor em si mesma. Por isso, e sem prejuízo da prontidão para cobrarem dos políticos as promessas, não estimam a sua participação na gestão da “coisa pública”.

A reconstituição do tecido político e social

Mais do que a democracia – formalmente, a democratização parece resolvida a contento, do que, aliás, a própria instabilidade governativa é a prova –, relembremos o quão importante é em São Tomé e Príncipe a questão da equidade social. Actualmente, essa questão tornou-se ainda mais pertinente pela dimensão da pobreza e das assimetrias sociais, não mais imputáveis à herança colonial. A denegação da equidade social afigura-se particularmente gravosa numa micro-sociedade insular, que parece lidar mal com as assimetrias económicas, entre outras razões, por as relacionar com a opacidade da governação desde a independência.

Prevalece o desejo de *mudança* – um lema constante nas sucessivas campanhas políticas – e de recomposição económica e social atinente a um empenhamento generalizado

na promoção do bem-estar. É sabido, até há pouquíssimos dias, muitos alvitavam que a reestruturação económica dispensava a estrita tutela do Estado, encarada com reticências por vários quadrantes ideológicos e políticos, desde os crentes no dogma da racionalidade do mercado até aos que adivinham em cada sociedade capacidades bastantes de reestruturação social à margem do Estado. Em São Tomé e Príncipe³⁸, onde paulatinamente se alienou o sentimento de responsabilidade social, tal desígnio de reestruturação social com vista à promoção da equidade, assente numa estratégia *bottom-up*, é atingível? Noutros termos, a *sociedade civil* e as ONG têm alguma influência na recomposição dos laços sociais e na reposição de padrões éticos, mormente os presumidamente inerentes ao quadro legal e institucional de um Estado de direito democrático?

Ao corrigirem as consequências danosas da evolução económica marginalizadora de segmentos da população – designadamente, a do *mato* e a mais idosa –, as ONG prestam-se a cerzir feridas, a acomodar o ressentimento, a renovar esperanças, em suma, a pacificar o tecido político. Em consonância com a aparente importância da sua vertente solidária, que sobressai por contraste com um fundo de acirradas disputas políticas por oportunidades económicas julgadas irrepetíveis, espera-se que ONG contribuam para inocular valores e que ajudem a reinventar o diálogo político e social.

Como vimos, outro dos reptos implicitamente formulados às ONG – a que, por crença e por um certo sentido de missão, também elas se auto-propõem – respeita à mudança dos comportamentos sociais, designadamente no sentido de uma atitude pró activa dos são-tomenses na resolução dos seus problemas sociais³⁹. Supõem alguns que desta predisposição desabrochará um outro ambiente político, assente na responsabilidade social e na transparência da governação. Esta relação queda por provar, porquanto, ao menos conjunturalmente, até se poderá assistir a uma melhoria dos padrões de vida da população concomitantemente à aposição de constrangimentos no espaço público, por um lado, e à menor transparência na governação, por outro.

³⁸ Independentemente dos enquadramentos jurídicos, no arquipélago, o mercado é casuisticamente determinado pelo Estado ou por várias das suas extensões, já para não dizer que se delinea por decisões pessoais de quem, sendo agente do Estado, participa, simultaneamente, em mecanismos de decisão informal relativamente à evolução económica e, daí, eventualmente retira proventos económicos.

³⁹ Não só agentes políticos, como também várias ONG, tentam inculcar a ideia de que a sobrevivência demanda uma atitude proactiva dos indivíduos. Ora, para alguns indivíduos já não há tempo de adaptação a mudanças. Ademais, em termos gerais, também não se constata uma relação causal necessária entre uma atitude pró activa e benefícios a nível individual.

Os escolhos do meio social e as debilidades das ONG

Contra o voluntarismo dos propósitos de transformação social, avulta a dúvida: é possível que a *sociedade civil* evidencie padrões comportamentais diferentes dos do meio social donde emana? Quais são as possibilidades de afirmação da *sociedade civil* são-tomense que, com um historial de instrumentalização política e umbilicalmente ligada ao poder, tende a ser politizada e instrumentalizada? Noutros termos, e cingindo-nos às ONG, é possível esperar das ONG a indução de atitudes geradoras das noções de responsabilidade cívica e social?

Alguns estudiosos são-tomenses mostram-se cépticos. Aponta-se, por exemplo, a debilidade da *sociedade civil*⁴⁰. Ademais, nota-se a propensão do sector privado para, valendo-se do “fraco controlo institucional”, “tirar proveito egoísta dessas mesmas fraquezas”. Perante isto, a “sociedade civil emergente ainda não tem a necessária influência, preparação e compreensão para funcionar como elemento de controle e força de pressão”⁴¹. Para outro autor são-tomense, os seus conterrâneos, na órbita do poder ou fora dele, tendem a pautar-se por opções individuais e conjunturais – diríamos, de vantagem pessoal e imediata – para garantir a apropriação dos rendimentos sociais. Não se têm mostrado disponíveis para participar na edificação de um espaço de negociação das formas de produção e acumulação de capital, o que se vem a traduzir na fragilização do ambiente institucional⁴².

Ora, as possibilidades de actuação e a possível repercussão do labor das ONG não são alheias a este ambiente, que certamente as afecta, como condiciona as pessoas, o Estado e a vida económica. Por exemplo, apesar do louvável intuito de aumentar o seu – e, por arrasto, o da *sociedade civil* – poder de interpelação do poder político, a federação das ONG não tenderá a empurrá-las para a emulação das práticas clientelares prevalecentes nos círculos político?

É sabido que os partidos funcionam hoje também como instâncias de amparo social por proverem a necessidades e a desejos dos militantes. Denotando a incidência da fidelidade clientelar em detrimento da lealdade política e ideologicamente firmada, não são raras as afirmações públicas de filiação partidária em troca da dádiva de bens materiais⁴³. Ora, o

⁴⁰ Tal constatação, para além de descrever a realidade política e institucional no arquipélago, reflecte também a ideia de que o essencial da formatação do espaço público e do impulso da transparência na governação permanece no Estado. Mesmo se ineficaz, o Estado são-tomense ainda é tido como a instância politicamente decisiva, desde logo pelas possibilidades de articulação com a comunidade internacional.

⁴¹ BONFIM, João 2000:77.

⁴² Como salienta CARVALHO 2004:4.

⁴³ Nalguns depoimentos sobre as lutas eleitorais, descreveram-nos como era efectuado o controlo do voto dos que acediam a votar em troca de dádivas. Naturalmente, tais depoimentos tanto podem ser verdadeiros como falsos.

alastramento desta prática arregimentadora de fidelidades políticas e pessoais⁴⁴ poderá contaminar o desempenho das ONG e, repetamo-lo, sedimentar a prevalência de padrões clientelares tendencialmente avessos à regulação do espaço público.

A esperança depositada nas ONG – proporcional à descrença nos *políticos*, uma categoria vaga que, para parte substancial da população são-tomense, é composta, senão de inimigos, pelo menos de predadores do bem público – tem a ver com o facto de as ONG se aterem ao ataque à pobreza e à promoção do bem-estar, um objectivo consensual e premente para, pelo menos, metade da população. Num certo sentido, provir de fora da *política* pode ser um trunfo para a receptividade social. Porém, a receptividade das populações também depende da ajuda material ou da expectativa da possibilidade de melhorar, num prazo concebível, os seus padrões de vida⁴⁵. E, repetimo-lo, não se traduz necessariamente numa mudança de atitude tendente ao *empowerment* e, daí, a uma maior pluralidade dos actores sociais no arquipélago.

A evolução económica não é favorável à assunção de novos actores sociais, nem à participação cívica e à discussão pública propícias à composição dos vários interesses em presença. Pelo contrário, dadas a diminuição relativa de recursos e a cada vez mais assimétrica distribuição dos mesmos, tende-se à salvaguarda da posição conquistada. Na verdade, este panorama económico até poderá mudar dentro de alguns anos por impulso dos tão ansiados réditos do petróleo, mas ninguém norteará a sua vida em razão de tal crença e em detrimento da constatação de que os que detêm poder se vêm apropriando das oportunidades – tendencialmente irrepitíveis, julga-se – de compor o seu pecúlio.

Em São Tomé e Príncipe, na construção de um ambiente económico e social incentivador da participação cívica e favorável ao empenho produtivo tendente a minorar a pobreza, uma das questões decisivas é a do enraizamento de práticas que replicam a

Seja como for, para a definição de um espaço público de concertação e composição de interesses, ainda mais relevante do que eventuais práticas fraudulentas na hora das eleições é a afirmação pública da lealdade política em troca de favores ou benesses. Sem formular juízos de valor sobre os que acedem a esta actuação, em parte justificados por decénios de privações, a verdade é que se trata de uma prática corrosiva da transparência e tão mais difícil de reverter quanto mais disseminada estiver.

⁴⁴ Nas campanhas eleitorais, dá-se o nome de *banho à compra das consciências* que, embora veementemente rejeitada por alguns são-tomenses, assentou arraiais e se “institucionalizou” na actividade política. Além de propiciarem o estabelecimento de relações clientelares, as campanhas eleitorais tornaram-se ocasião de acesso a certos bens oferecidos pelos partidos (por exemplo, SEIBERT 1999:362 e 300, respectivamente). Hoje, a actividade política não dispensa o *banho*. Ainda recentemente, um candidato praticamente iniciou uma corrida eleitoral com uma promessa de *banho*.

⁴⁵ A promoção do bem-estar é algo de muito distante para a população. Nas circunstâncias de privação extrema em que se encontram muitas pessoas, algo que não se traduza num ganho imediato não tem sentido. As pessoas tendem a não aderir ao que não se traduza em bens visíveis.

perspectiva assistencialista e, mais importante, a estruturação clientelar dos laços políticos e sociais, determinantes, por exemplo, da atribuição das oportunidades económicas.

Com efeito, esta viscosidade política limita as potencialidades do mercado. A par disso, não se vislumbra para breve a diversificação económica nem a criação de (hipotéticas) dinâmicas de acumulação local. Tal implica a dificuldade quer de retorno para as iniciativas económicas, quer de remuneração justa das aptidões adquiridas. Estes dados, juntamente com as desconfianças derivadas de um relacionamento clientelar de décadas, levarão a pensar que é na esfera política e, mais concretamente, no Estado que se continua a ratear os recursos. Viciosamente, esta percepção induzirá o reforço do clientelismo.

Perante este ambiente difícilimo de mudar, a razão válida para os são-tomenses se continuarem a empenhar no voluntariado social, na participação cívica e, mais especificamente, na renovação do ambiente político será menos a crença na consecução destes objectivos do que o imperativo moral de, pelo menos, *fazer alguma coisa*⁴⁶.

Retornando à intersecção da intervenção das ONG com o campo político, acresce um outro escolho: a inércia local cerceia as mudanças nas práticas políticas eventualmente sugeridas pela actuação das ONG. Na realidade, no arquipélago, parece operar uma força centrípeta que tende a politizar as ONG, como, aliás, igualmente toda a vida colectiva são-tomense. As ONG e o associativismo em geral são fracos e propensos à cooptação para desempenhos políticos. Se alguns vislumbram na economia informal um viveiro de futuros empresários, paralelamente haverá quem almeje à valorização política do seu desempenho na administração de pessoas que subjaz à acção das ONG. Dito de outro modo, as ONG podem ser encaradas como uma reserva de potenciais políticos (ou como um nicho de para uma elite difusa). Aliás, não se pode descartar a possibilidade de algumas ONG terem sido gizadas como trampolins de promoção de futuros actores políticos oriundos de fora dos partidos.

Tolhida por estes constrangimentos, a actividade associativa poderá não se revelar um catalizador da reconfiguração do espaço público, nem um indutor de uma governação propícia ao incremento da intervenção cívica, aberta à mudança social e, nalguma medida, favorável a uma luta eficaz contra a pobreza e em prol da equidade, como se disse, questões cruciais para a coesão política e social no arquipélago.

⁴⁶ A nível individual, não se afasta a motivação de se lograr uma ocupação que garanta ou, pelo menos, contribua para a subsistência.

Notas conclusivas

Ao cabo de anos de sucessivas mudanças profundas, quase sempre com resultados aquém dos expectáveis, a questão da governação tornou-se essencial, São Tomé e Príncipe parece à deriva na procura um modelo político – no fim de contas, de exercício da autoridade – que introduza eficácia no desempenho institucional e nos comportamentos sociais e que se repercute num crescimento económico. A incerteza na política como que se estende também às ONG, por definição, ainda mais heteróclitas.

A atentarmos na actuação das ONG em São Tomé e Príncipe, constata-se diferentes âmbitos de actuação e adivinham-se capacidades muito desiguais – por vezes, completamente dependentes de terceiros – tanto no respeitante à execução das próprias tarefas, como à eventual intervenção pública. Segundo se alvitra, com uma intervenção casuística e de âmbito circunscrito, as ONG não só não combatem a desigualdade, como nalguns casos a fomentam (alguns vão mais longe e apontam a discricionariedade da decisão e a informalidade de procedimentos das ONG como causa de dinâmicas avessas à soberania nacional).

No meio da pluralidade de situações que efectivamente geram, por vezes, as ONG suscitam a intervenção política e social em favor dos mais marginalizados. De alguma forma, as ONG ajudam ao reconhecimento e à institucionalização de uma comunidade de interesses dos mais desfavorecidos, um *upgrade* da representação social destes.

Relacionada com o combate à pobreza extrema, a necessidade de diálogo político é amiudadamente apontada como crucial para a (distensão da) sociedade são-tomense. A actuação das ONG afigura-se fulcral porque pacificadora da sociedade, como se as suas intervenções, pelo seu alcance limitado e marginal e, simultaneamente, pela sua natureza consensual, não suscitassem conflitos, antes os prevenissem. As ONG parecem corroborar o pressuposto de que é possível ir paulatinamente engendrando soluções sociais, aplacando a conflitualidade e evitando a confrontação com o poder. E evitando até que, na sociedade, emirjam comportamentos, não de destruição do Estado, mas da própria sociedade. Tal significaria começar a construção de um espaço público e social diferente do prevalecente ao momento presente, que tem sido pautado por desigualdades profundas e por crescentes clivagens sociais.

Será curial esperar-se das ONG um papel na edificação de um espaço público aberto e homogéneo quando o ambiente institucional é enviesado e frágil? Talvez não. Em todo o caso, as ONG podem questionar-se enquanto actores políticos e interrogar-se acerca das repercussões políticas da sua acção em prol do desenvolvimento humano. Podem e devem interpelar o poder político.

Afinal, das opções de princípio e dos caminhos trilhados pelas ONG, bem como por outros actores políticos e sociais em São Tomé e Príncipe, dependerá a regulação dos laços políticos e institucionais e, por conseguinte, a afectação transparente de recursos e de oportunidades, disso dependendo a imperiosa e inadiável erradicação da pobreza. Assim, a partir da constatação da prática da equidade social, fortalecer-se-á a coesão política da sociedade são-tomense.

Bibliografia

AGUIAR, Iolanda Trovoada, 2002, “Privatização e ficção estatal: o caso de São Tomé e Príncipe”, comunicação no congresso *Portuguese-African Encounters*, Brown University, Providence, policopiado

BONFIM, Feliciano do Nascimento de Jesus, 2001, *S. Tomé e Príncipe: realidades sociais, económicas e opções de desenvolvimento para o século XXI*, dissertação de mestrado, Lisboa, UTL-ISEG

BONFIM, João do Sacramento, 2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia

CARVALHO, Arlindo, 2004, “Dialogo social e democracia representativa em S. Tomé e Príncipe”, comunicação no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao5/ArlindoCarvalho.pdf>

DABO, Braima e RIBEIRO, Catarina, 2005, *Guia dos recursos humanos das ONG na Guiné-Bissau*, Lisboa, ACEP

CHABAL, Patrick, 1993, “O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa” in *Soronda. Revista de Estudos Guineenses* nº15, Bissau, INEP, pp.37-55

FALOLA, Toyin, 2003, *The power of african cultures*, Rochester, University of Rochester Press

FUKUYAMA, Francis, 2006, *A construção de estados. Governação e ordem mundial no século XXI*, Lisboa, Gradiva

GELLNER, Ernst, 1995, *As condições da liberdade*, Lisboa, Gradiva

JESUS, Adelino Jorge de Bom, 1998, *Médias empresas agrícolas de S. Tomé e Príncipe: sistemas de produção e necessidade de crédito agrícola*, dissertação de mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

MATOS Rui Pedro Paula de, 2001, *As ONG(D) e a crise do Estado soberano*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora

MILANDO, João, 2005, *Cooperação sem desenvolvimento*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

NASCIMENTO, Augusto, 2003, “Os são-tomenses e as mutações sociais na sua história recente” in *Africana Studia* nº6, Porto, CEAUP, pp.9-44

NASCIMENTO, Augusto, 2005, *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*, São Tomé, UNEAS

NASCIMENTO, Augusto, 2007a, “Diáspora são-tomense e política na terra” in <http://www2.iict.pt/?idc=1028&idi=11758>

NASCIMENTO, Augusto, 2007b, *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte* in <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB005/pdf>

NASCIMENTO, Augusto, 2008a, “O curso da política e a erradicação da pobreza em São Tomé e Príncipe” [entregue para publicação]

NASCIMENTO, Augusto, 2008b, “S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento” [entregue para publicação]

SANTO, Carlos Espírito, 2001, *Enciclopédia fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação

SANTOS, Argentino Pires dos, 2000, *Emergência de mecanismos de poupança e endividamento na pequena e média agricultura em S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa

SEIBERT, Gerhard, 1995, “São Tomé e Príncipe: boatos, rádio Boca a Boca e panfletos anónimos na cultura política local” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº18-22, Lisboa, IICT-CEAA, pp.299-316

SEIBERT, Gerhard, 2001, *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega

SILVA, António Leão Correia e, 2001, “O nascimento do Leviatã crioulo. Esboços de uma sociologia política” in *Cadernos de Estudos Africanos* nº1, Lisboa, Centro de Estudos Africanos / ISCTE, pp.53-68

YOUNG, Crawford, 2004, “The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics” in *African Affairs*, vol.103, nº410, Londres, pp.23-49